



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 25 de fevereiro de 2012

AMAZONAS EM TEMPO INTERATIVIDADE.....	1
CAPA	
AMAZONAS EM TEMPO TV com Ginga obrigatória apenas em janeiro de 2013.....	2
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Governo prevê maior exportação	3
ECONOMIA	
MASKATE CAPA	4
MASKATE Fala Sério!	5
OPINIÃO	
MASKATE Superintendente da Suframa reacende guerra dos tablets.....	6
ECONOMIA	
MASKATE Superintendente da Suframa reacende guerra dos tablets (CONTINUAÇÃO)	7
ECONOMIA	
MASKATE Superintendente da Suframa reacende guerra dos tablets (continuação)	8
ECONOMIA	
MASKATE Superintendente da Suframa reacende guerra dos tablets (continuação)	9
ECONOMIA	

INTERATIVIDADE

Governo adia instalação de Ginga em TVs

Economia B1

TV com Ginga obrigatória apenas em janeiro de 2013

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Após pressões das fabricantes, o governo federal cedeu e prorrogou para 2013 a obrigatoriedade de incorporação do middleware Ginga – que permitirá a interatividade na TV Digital –, em aparelhos produzidos no Polo Industrial de Manaus (PIM). A decisão foi comemorada por fabricantes e entidades empresariais locais.

Conforme a portaria interministerial nº 140 publicada, ontem, no Diário Oficial da União (DOU), o governo altera o cronograma para a inserção do Ginga, estipulando que, ao menos, 75% dos televisores de LCD fabricados na ZFM devem conter os recursos de interatividade da TV Digital a partir do dia 1º de janeiro de 2013, aumentando esse índice para 90% em janeiro de 2014.

Inicialmente, essa obrigatoriedade passaria a valer a partir de julho de 2012, mas o prazo desagradou os fabricantes, que pressionaram para que a data-limite fosse estabelecida para outubro. Com a alteração, o governo torna opcional a instalação do Ginga até dezembro, inclusive, concederá incentivos para estimular os fabricantes a fazer a inserção nos televisores digitais ainda este ano. O incentivo consiste em descontar o volume produzido, neste ano, da parte da produção exigida para 2013, que é de 75% dos televisores, desde que respeitado um mínimo de 60% ao que foi estabelecido como percentual para aquele período. Dessa forma, até 15% da produção exigida para 2013, poderia ser antecipada neste ano.

A Philips acredita que o plano de inclusão do Ginga será benéfico para a população brasileira, uma vez que agrega opção de interatividade na transmissão da TV Digital. Contudo, a empresa ressalta que é importante haver um período de adequação, como é típico em todo processo. "Com certeza a Philips manterá o diálogo aberto com o governo, sendo que desde 2011 já comercializa alguns produtos de telas finas com Ginga para atender o mercado brasileiro", salientou a gerente de marketing de produto na área de TVs, Alessandra Koster Aguiar.

Caso o fabricante não alcance os percentuais exigidos para 2013 e 2014, ele ficará obrigado "a cumprir as diferenças residuais em relação

SALTO

O Sinaaes-AM acredita que o Ginga ainda não está pronto para ser incorporado nos aparelhos de televisão e a instalação do software irá encarecer os valores dos aparelhos de TV digital

ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até o término do período subsequente, sem prejuízo das obrigações correntes de cada período", conforme prevê a portaria. Ou seja, se não cumprir os 75% exigidos pelo governo, terá de jogar para o ano seguinte a produção residual, e ainda cumprir a meta do ano subsequente. Segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), 11 empresas fabricam TV de LCD, atualmente, no PIM.



Conforme dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), 11 empresas fabricam TV de LCD em Manaus

Incorporação irá elevar o custo dos aparelhos

Na avaliação do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas (Sinaaes-AM), a prorrogação do prazo de incorporação do Ginga é uma medida positiva, mas que não agrada totalmente ao setor. Isso porque o ideal seria que não houvesse a

obrigatoriedade de inserção do software de interatividade. "O Ginga ainda não está pronto. Seria um absurdo fazer a incorporação agora quando ele não está maduro. Entendemos que não deveria haver a obrigatoriedade, pois o mercado deve ser livre para escolher se quer usar o software, en-

quanto o consumidor vai pagar por uma funcionalidade que não vai usar", afirmou o presidente do Sinaaes, Celso Piacentini.

Segundo ele, a incorporação do Ginga vai encarecer os aparelhos de TV Digital, elevando os custos de empresas que, devido ao preço alto, podem ser prejudicadas

com tal medida, deixando inclusive de vender seus produtos. Conforme fontes do mercado, grande parte dos fabricantes pode absorver os percentuais decididos na portaria interministerial, reduzindo a um número limitado as empresas insatisfeitas com a incorporação do Ginga.

Governo prevê maior exportação

Medidas implantadas irão fortalecer as exportações de manufaturados

O governo federal vai lançar nos próximos meses um conjunto de medidas para facilitar as exportações de produtos manufaturados, de acordo com o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Alessandro Teixeira.

"O governo está fazendo um esforço e nós devemos estar anunciando, nos próximos meses, medidas para fortalecer e expandir as exportações de manufaturados. O Brasil sofre mais na área de manufaturados porque, com a crise internacional, as pessoas não param de comprar alimentos. Elas precisam de produtos semimanufaturados

para industrializar. É normal que esses produtos não sejam tão afetados".

Segundo Teixeira, as medidas que serão implementadas fazem parte do Plano Brasil Maior, lançado no mês de agosto do ano passado. E, apesar de não ter antecipado os detalhes da ação, ele revelou quais serão as áreas beneficiadas. "Estamos trabalhando em três linhas: simplificação e desburocratização, melhora no financiamento às exportações e fortalecimento e ampliação da estratégia de acesso a novos mercados, com promoção comercial. Essas três áreas são as quais vamos nos concentrar para aumentar as exportações de manufaturados".

Balança comercial positiva

Para Alessandro Teixeira, as perspectivas do resultado da balança comercial brasileira para este ano são positivas, embora dificilmente se consiga o mesmo resultado de 2011. Ele acredita que, em fevereiro e em março, deverá haver superávit comercial. No mês que vem, lembrou o secretário, o governo divulgará a meta de exportações para 2012.

"O primeiro trimestre é complicado porque janeiro foi deficitário nas quatro semanas, por causa da crise da Europa muito forte e os Estados Unidos retomando

algumas crises institucionais no Oriente Médio. Mas o Brasil vai ter superávit este ano e teremos crescimento das exportações, não tão forte quanto 2011, que foi um ano recorde, em que tivemos um saldo de US\$ 30 bilhões e chegamos a US\$ 257 bilhões em exportações", disse.

Teixeira afirmou que a pauta brasileira de exportações em 2012 ainda será marcada pelos setores de alimentos e minério de ferro. Mas destacou os setores automotivo, motores, metal-mecânica, ônibus e aviões como promissores.

Manaus, sábado, 25 de fevereiro de 2012.

CAPA

Thomaz Nogueira **desafia** canalha paulista



✓ **Deixando de lado a bancada federal, Suframa e Fieam compram briga** Págs 4 e 5

Fala Sério!

ZFM 45 anos

Nesta terça-feira, o modelo Zona Franca completa 45 anos. Há muito o que comemorar e mais ainda o que ajustar, corrigir, diversificar e interiorizar. Com quase meio século, e muito desafio a administrar, a Zona Franca é um dos maiores acertos das ações federais na Amazônia. Principalmente para os interesses federais, claro, que dela extrai mais da metade de seus resultados.



*** **

Ganhos e omissões

De tudo o que é produzido na economia da ZFM, 52% é recolhido pela União em forma de tributos, segundo estudos da Faculdade de Economia da USP, Universidade de São Paulo. Mesmo assim, o modelo padece do descaso e omissão federal em sua infraestrutura.

*** **

Canalha paulista

São quase cinco décadas de enfrentamento das pressões fiscais de outros estados, principalmente do Sudeste, onde se destacam as empresas sob o comando da FIESP. É a canalha paulista atenta e ciumenta com relação à performance do modelo ZFM e a ganância crônica de quem quer levar tudo e sozinho.



*** **

Teimosia e resistência

Cabe a nós, interessados nativos, cerrar as fileiras da teimosia insistente e da resistência permanente, denunciando as incoerências dos repasses federais e exigindo na arena política o cumprimento das responsabilidades da União em relação às demandas de energia, logística e comunicação.

*** **

Despreparo histórico

Isso supõe e exige que a bancada parlamentar do Amazonas, primeiramente, busque qualificar-se tecnicamente para poder entrar no confronto político, saber as demandas, a história e contradições do modelo. Essa é a bancada mais despreparada dos últimos 100 anos.

*** **

Plataforma comum

Além de qualificar-se é essencial ampliar o leque de alianças, sobretudo e inicialmente com a bancada regional da Amazônia Ocidental. Os estados alcançados pela Suframa precisam estar coesos em torno de uma plataforma comum. E emergencial.



*** **

Superintendente da Suframa reacende guerra dos tablets

✓ Denúncias de maquiagem tentam enlamear imagem da ZFM

Enquanto a bancada federal do Amazonas se debulha com intensa prioridade e, em alguns casos, com absoluta exclusividade, na compulsão eleitoral, e deixa de lado o interesse geral, alguns heróis da resistência seguem na defesa quixotesca do modelo ZFM. Na semana passada, o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, repôs na mesa do debate nacional a questão da produção dos tablets, e chamou os repre-

sentantes da canalha paulista para o enfrentamento. Para ele, os tablets, bem como dos demais bens de Informática, têm exatamente o mesmo processo produtivo, seja em Manaus ou São Paulo. Por isso não faz sentido a acusação de que a produção local seja maquiada, como disse o energúmeno Andrea Calabi, titular da Fazenda paulista. É hora de esclarecer e partir pra cima desta, mais uma, cachorra-da-bandeirante.



Omar desencadeou confronto



A decisão favorável da Procuradoria Geral da União (PGU) sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), orientada e promovida pelo governador do Amazonas, Omar Aziz, contra benefícios fiscais de ICMS concedidos por São Paulo, está gerando atritos entre os representantes dos Estados, como se pode inferir das declarações do secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, que acusou o Governo do Amazonas de ter "feito uma defesa da sua indústria

de transformação entre aspas, porque muitas vezes é mera maquiagem, como intuito de criar obstáculos a que novas empresas se instalem em território paulista". O comentário, infeliz e oportunista, provocou imediata reação local. Em nota o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, afirmou que a contestação a que se referiu o Secretário de Fazenda de São Paulo, entre o governo do Amazonas e de São Paulo, é de ordem legal e foi submetida ao Supremo Tribunal Federal.

Thomaz ironiza paulistas

Fazendo referência à decisão favorável da Procuradoria Geral da União (PGU) sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) do Governo do Amazonas, contra benefícios fiscais de ICMS concedidos por São Paulo, Thomaz Nogueira ironizou o arauto da canalha paulista ao lembrar que ao Estado de São Paulo é assegurado o direito constitucional de exercer sua mais ampla defesa na Corte Suprema. O superintendente destacou que a produção dos tablets, bem como dos demais bens de Informática, têm exatamente o mesmo processo produtivo, sejam Manaus ou São Paulo. "Assim, falar em maquiagem é desinformar, confundir, desrespeitar a opinião pública nacional".



Superintendente da Suframa reacende guerra dos tablets (continuação)

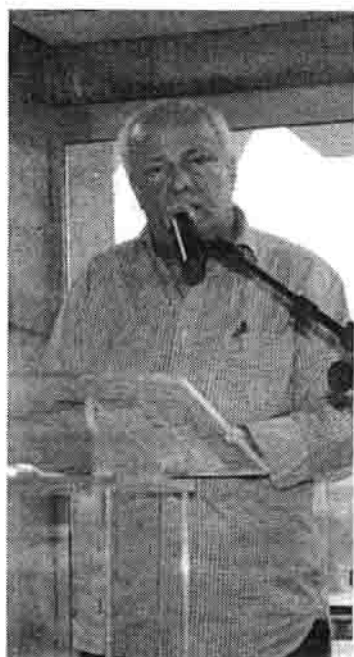
Quem avisa...

O Polo de Eletroeletrônicos continua sendo o mais robusto da ZFM, apesar de toda a concentração de fábricas de motocicletas na capital amazonense. Só o segmento de componentes para TV foi responsável, por exemplo, em 2011, por 21% de toda a importação do Amazonas. A maior parte disso? Telas de LED. Quando Eike Batista acena com a construção de uma fábrica de LED no centro de consumo brasileiro, localizado no

eixo Rio-São Paulo-Minas, dá um golpe fortíssimo no coração da ZFM. Nenhuma prorrogação de incentivos fiscais, ainda que venha por 200 anos, será capaz de deter a avalanche de produtores em direção a esse fornecedor. Quando o Governo Federal resolveu tirar da ZFM a inserção de novas tecnologias, compartilhando-a com os demais Estados, provocou o início da debandada. Reverteu a tendência de concentração em Manaus.



Desinformação e desconhecimento



“A desinformação somada ao total desconhecimento sobre o funcionamento do Polo Industrial de Manaus está por trás de todo tipo de preconceito contra empresários e empreendedores vinculados ao modelo Zona Franca de Manaus. Mais grave quando encontramos, entre os desinformados, autoridades governamentais que, por dever de ofício, deveriam conhecer as peculiaridades da atividade industrial desenvolvida aqui, mantida graças a um sistema de tributação diferenciada”. A opinião é do presidente da Fieam, Antônio Silva,

para quem está na lei que deu origem à Zona Franca, afinal, sem incentivos não há como compensar as desvantagens do isolamento, tanto por via terrestre, quanto o aéreo de alto custo, e o fluvial.

“Para terem direito ao elenco de incentivos fiscais vigentes, no entanto, os empreendedores, estejam eles entre os micro ou entre os gigantes do porte de uma Samsung ou Nokia, têm de cumprir uma série de compromissos assumidos quando da aprovação do projeto na Suframa, Sudam e Seplan.

Superintendente da Suframa reacende guerra dos tablets (continuação)



Pega pra capar

O coordenador da Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, José Clóvis Cabrera, declarou à Rádio CBN, que São Paulo não aceitará ser aliado do processo de produção de tablets, depois de ter atraído grandes empresas para produzir equipa-

mentos de informática em seu território. Resta saber se a bancada federal do Amazonas, após a folia de Momo e antes da temporada eleitoral, vai se articular para a defesa para o Estado, incluindo os estados vizinhos que se beneficiam com os resultados fiscais da ZFM.



Patadas logísticas e tecnológicas

Em sua última análise do modelo, o ex-senador Arthur Neto, denunciou que o empresário Elke Batista, o brasileiro que se tornou um novo Midas internacional, pretende instalar no Rio de Janeiro uma fábrica de telas de LED. "A Consumer Electronics Show (CES), famosa feira mundial de eletrônicos, em Las Vegas (EUA), realizada em janeiro,

mostrou inúmeros e avançados modelos de Smart TVs, enquanto forte lobby nacional tenta incluí-las na lista dos bens de informática". São patadas logísticas, tecnológicas e mercadológicas que podem abreviar, segundo Arthur, em muito as previsões mais otimistas quanto à sobrevivência da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Superintendente da Suframa reacende guerra dos tablets (continuação)

Televisores em risco

O presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Wilson Périco, disse que as lideranças empresariais não estavam reivindicando que os tablets sejam produzidos exclusivamente no PIM. "Queremos alertar sobre o limite das telas, o que coloca em risco a fabricação de TVs e tira toda e qualquer condição de competitividade das indústrias aqui instaladas". Segundo Périco, que também é vice-presidente da FIEAM, da maneira como estão descritas no processo produtivo básico (PPB, as telas dos tablets terão área superior a 142 cm².



PPB garante nacionalização

Pelo Processo Produtivo Básico (PPB) dos tablets, em vigor desde 1º de junho, a fabricação desses dispositivos deve ocorrer inteiramente no Brasil, a partir de 2014. O texto define a quantidade de componentes, partes e peças nacionais que os fabricantes devem utilizar na montagem do equipamento para ter direito aos benefícios tributários. A produ-

ção da placa-mãe deve ter 50% de nacionalização. Em 2013, esse percentual passará para 95%. A partir de 2012, metade dos componentes, partes e peças de carregadores de bateria ou conversores e 20% das partes com função de memória deverão ser produzidos no Brasil.

Os índices de nacionalização aumentam em 2014,

chegando a 80% no caso de carregadores. Telas de cristal líquido, planas ou com novas tecnologias vão poder ser importadas até 31 de dezembro de 2013. Baterias e gabinetes estão, temporariamente, dispensados de ser produzidos no país. O PPB é uma das contrapartidas exigidas das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus.